

Sobre o quadro político pós-eleitoral

1. Os partidos que ocuparam o governo nos últimos cinquenta anos atingiram o seu mínimo histórico nestas eleições. É um processo de erosão, pouco linear mas de longa duração, fruto da alternância sem verdadeira alternativa no contexto da governação europeia.
2. A radicalização da direita, identificada há muito, é acelerada pelo resultado do Chega, que consegue mobilizar o voto de novos eleitores, jovens e habituais abstencionistas.
3. Essa radicalização regista-se também no programa e no discurso da AD e da IL. Este bloco tem fronteira pouco sólida com a extrema-direita e desloca o seu discurso no sentido de um liberalismo cada vez mais agressivo que chega a assumir tópicos da extrema-direita nos temas de imigração ou dos apoios sociais, entre outros.
4. O racismo e ultraconservadorismo são marcas de uma reconfiguração internacional da direita que visa responder à estagnação capitalista através de um novo programa autoritário e de expansão do extrativismo, da mercantilização da sociedade e da proteção de grandes e pequenos rentistas. Estes processos cruzam apoios da elite económica, de entidades religiosas e de interesses geopolíticos diversos.
5. Em Portugal, esse projeto recupera velhas narrativas (a glorificação do passado colonial, a islamofobia e a ciganofobia seculares, o medo misógino à igualdade) e novos descontentamentos (desertificação e abandono pelos serviços públicos), em particular na juventude que se ressentem por ver inacessível a autonomia individual (crise na habitação, salários baixos, emigração forçada).

O legado de António Costa: a maior viragem à direita da história democrática

6. Sendo avançado o estado de degradação da maioria absoluta do PS, o fator determinante da antecipação das eleições foi a Operação Influencer, que apesar de debilmente explicada até hoje, definiu o ambiente político.
7. O centro do discurso eleitoral do PS foi a defesa do “legado de António Costa”, sem vestígio de autocritica sobre os fracassos dos anos 2019-2024 na resposta à inflação e ao descalabro na habitação e nos serviços públicos.
8. Com esta orientação continuísta face à governação da maioria absoluta, o PS retirou credibilidade à hipótese de uma nova maioria política, defendida por todos os partidos à esquerda do PS, para afastar a direita e dar resposta aos fracassos dos últimos anos. Assim, a campanha do PS facilitou a viragem à direita, que é a maior da história da democracia portuguesa.
9. Neste contexto adverso, o Bloco foi capaz de manter a sua representação parlamentar e até aumentar a sua votação em 35 mil votos. A resistência do Bloco deve-se à sua clareza em três aspetos essenciais: i) a clareza dos conteúdos de uma governação pelos serviços públicos, pelos direitos sociais, pelo trabalho e pelos rendimentos; ii) o choque com o poder económico, denunciando a contra-reforma fiscal da direita e confrontando os rentistas, o imobiliário e todos os beneficiários da inflação (banca, hipermercados, energia), que aliás expuseram a sua hostilidade ao Bloco; e, finalmente, iii)

o confronto com a extrema direita, criando-lhe a única dificuldade séria que enfrentou em toda a campanha - explicar as origens milionárias dos seus financiamentos.

A resposta da esquerda é perseverança, unidade, luta e alternativa

10. Perseverança, no sentido de não sucumbir à pressão da direita, admitindo a corrosão do programa histórico da esquerda, seja na luta pelos direitos dos imigrantes, contra o racismo e a xenofobia, seja no confronto com o conservadorismo em nome dos direitos humanos.

11. Unidade, como esforço real para levar o mais longe possível a ação comum de todos os setores que se opõem à ofensiva da direita. O primeiro momento dessa resposta unitária deve acontecer já nas comemorações populares do 25 de abril, onde toda a força democrática, todas as pessoas, coletivos e movimentos deverão comparecer. A expressão massiva do empenho num projeto de país assente na democracia e na justiça social é o melhor contraponto a quem julga ter consumado nestas eleições o enterro do 25 de abril e o início de uma nova época em que apenas se confrontariam as versões autoritária e liberal de uma mesma sociedade mercantilizada e desigual.

12. Luta, porque a profundidade das contradições que dilaceram a sociedade portuguesa vai manter aberto um conjunto de conflitos em que a esquerda tem um decisivo papel a desempenhar sob as novas circunstâncias. No plano laboral, nas causas da habitação ou da justiça climática, na defesa do SNS, na afirmação do feminismo e dos direitos LGBTQI+, no combate ao racismo e a todas as discriminações, haverá lutas de resposta às medidas do governo da direita, bem como mobilizações para isolar a agenda da extrema direita, ou ainda explosões face aos impasses sociais que o novo governo não tem qualquer intenção de superar.

13. Alternativa, porque só com a planificação ecológica da economia e verdadeiras políticas de igualdade, só com um programa socialista de transformação do país, se cumprirá o projeto de democracia e direitos sociais que o 25 de abril inscreveu na Constituição.

14. A Mesa Nacional sublinha a mobilização empenhada dos militantes do Bloco de Esquerda em todo o país, que protagonizaram uma campanha eleitoral de grande visibilidade de rua e que acorreram sempre em grande número a múltiplas iniciativas. Nas próximas duas semanas, terão lugar assembleias distritais para o debate alargado do balanço das eleições e preparação das eleições europeias.

15. Nas semanas da campanha eleitoral e na semana seguinte às eleições foram recebidos pedidos de adesão ao Bloco a um ritmo sem precedentes na história do partido, mais de 1500 em menos de um mês. O debate do balanço eleitoral deve ser também o momento de acolher no Bloco as pessoas que agora se juntam. A par desse debate, devem ser organizados momentos de apresentação do partido, das suas estruturas e das diversas possibilidades de ativismo que se abrem a cada pessoa que a ele adere.

Eleições europeias

Marcadas para dia 9 de junho, as eleições europeias constituem um momento determinante para a clarificação política em Portugal e para a explicitação da Europa que queremos. O Bloco empenha-se desde já na preparação da sua candidatura e no debate do seu programa às eleições europeias, que será aprovado pela Mesa Nacional no dia 6 de abril.